

RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BANCO DE DADOS DO ARQUIVO JUDICIAL DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO PESSOA

Bárbara Carvalho Diniz
Danilo de Sousa Ferreira

RESUMO: A quantidade informacional produzido na atualidade tem exigido cada vez mais eficácia e eficiência dos sistemas de recuperação da informação. Este trabalho teve como objetivo avaliar o sistema de recuperação da informação do Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa, denominado Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba (SISCOM). O arquivo judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto é o maior arquivo da esfera estadual paraibana. Existem milhões de processos salvaguardados neste arquivo, o que faz com que o sistema que recupere os dados dos processos judiciais tenha que possuir um grau avançado de eficiência, eficácia e, principalmente, atenda as demandas de busca desejadas pelos usuários. Fundamenta-se nas bases bibliográficas da recuperação da informação (ARAÚJO JÚNIOR, 2007; SILVA, 2011; LUZ, 2005; LANCASTER, 2004; FEITOSA, 2006) e dos sistemas de bancos de dados (LAUDON; LAUDON, 2004). Esta pesquisa é classificada como de natureza aplicada, é exploratória descritiva e de abordagem quali quanti. Usou-se o método de observação e questionário para coletar a opinião dos usuários do sistema. Os questionários foram aplicados numa amostra de nove participantes, em um universo de 50 usuários. A amostra de nove usuários que participou da pesquisa era jovem, de nível universitário, com conhecimento básico em informática, tinham vínculo de estágio, ex-estagiários, ou funcionário com o Arquivo Judicial. A maioria da amostra já usava o sistema entre um e dois anos. Em relação à satisfação com o sistema: grande parte avaliou sua interface textual como regular; todos afirmaram que o sistema não possui campos de busca suficientes, e sugeriram que deveriam existir mais opções para a busca de processos. A maioria dos participantes afirmou sentir-se produtiva ao usar o sistema, porém afirmou que o sistema precisa de alterações para ser mais eficiente. No entanto, a maioria da amostra participante manteve posição neutra ou negativa com relação à recomendação de uso do SISCOM. Conclui-se que o sistema precisa de modificações, principalmente em relação à inclusão de outras opções de busca, permitir combinação de campos de busca, a fim de melhorar sua precisão e revocação, garantindo uma melhor usabilidade e satisfação do usuário. Assim, o SISCOM poderá contribuir de maneira

Bárbara Carvalho Diniz

dinizbarbara6@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1170521418066570>

Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UEPB). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Danilo de Sousa Ferreira

danilo.sousa@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8466925573652617>

Professor do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Informática (2007) e graduado em Ciência da Computação (2004) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Submetido em: 08/09/2018

Publicado em: 27/01/2019

mais significativa para uma justiça mais célere e efetiva para a sociedade paraibana.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo judicial. Recuperação da informação. Banco de dados.

1 INTRODUÇÃO

Documentos são criados com uma finalidade e são preservados pelos seus produtores para serem-lhe úteis futuramente. A acumulação ordenada dos documentos, produzidos por uma pessoa ou instituição no curso de suas atividades, constitui um arquivo. Para que um arquivo cumpra seu papel de preservação e, inclusive, de utilidade, é necessário o armazenamento adequado da produção documental, assim como também deve fornecer instrumentos que facilitem a recuperação da informação desejada. Arquivos adequadamente organizados e gerenciados recuperam a informação mais facilmente, já aqueles organizados de maneira inadequada prejudicam o processo de busca pela informação podendo levar a prejuízos financeiros, organizacionais e administrativos aos usuários. Os arquivos judiciais, assim como os demais, têm a função de armazenar, preservar, recuperar e disponibilizar os documentos para seus usuários. De acordo com o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011), a documentação produzida pelo Poder Judiciário é considerada patrimônio público, cabendo à Justiça zelá-lo e fornecer acesso, assegurando assim o direito à informação.

Com o crescente número da produção documental, inclusive em formato digital, também cresce o volume de usuários em busca de informações armazenadas nos arquivos. Os arquivos também tiveram que acompanhar essas mudanças trazidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tendo que recuperar as informações rapidamente. Em geral, para recuperar essas informações, faz-se uso de sistemas de informação e de bancos de dados.

Segundo Laudon e Laudon (2004, p. 228), os bancos de dados são coleções de dados organizados e que podem atender diversas aplicações ou sistemas, possibilitando a centralização dos dados e eliminação de redundâncias.

Os sistemas de banco de dados informatizados surgiram para facilitar a busca por informações, seja para fins organizacionais, governamentais e até pessoais. Assim como nos arquivos físicos, os sistemas informatizados devem possuir instrumentos capazes de recuperar a informação ou dado. Por meio da recuperação da informação rápida e precisa, pode-se alcançar a satisfação do usuário na busca de informações.

Em virtude da vasta quantidade de informações armazenadas na Internet, nos computadores das organizações e até mesmo nos computadores pessoais, os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) ganham importância de maneira que as informações buscadas pelos usuários das organizações sejam encontradas, garantindo avanço e eficiência em um mercado competitivo.

Os arquivos judiciais podem abranger as fases corrente, intermediária ou permanente¹. Em relação aos processos de idade intermediária, diz-se que: "a partir da aplicação da Tabela de Temporalidade fica salvaguardada a preservação dos documentos pelo prazo necessário ao cumprimento de sua função administrativa e legal e daqueles cujo valor permanente tenha sido previamente definido" (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011, p.17). Esses arquivos armazenam uma grande variedade de processos judiciais, sejam ações cíveis, fiscais, trabalhistas, militares ou criminais, e tem como principal função relatar o que foi decidido em tais ações judiciais para a resolução de conflitos e a determinação da sentença pela Justiça. Mais que registrar e fazer cumprir-se as ações da justiça, o processo judicial torna-se um registro histórico de determinada época, pensamentos sociais, as leis vigentes de um tempo, como também as histórias pessoais de um determinado indivíduo, família ou organização. Além de servir aos usuários da justiça no armazenamento e disponibilização dos processos, os arquivos judiciais também são locais do saber histórico e cultural.

Em um arquivo judicial torna-se imprescindível o uso das TIC de maneira que tarefas de recuperação e busca das informações possam ser executadas mais eficaz e eficientemente, contribuindo para a fluidez e rapidez no fluxo de tarefas e informações.

O Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto possui um sistema de informação e de banco de dados integrado ao Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba, e tem a função de salvaguardar os processos judiciais em fase intermediária dos 37 cartórios/varas judiciais pertencentes ao Fórum. Este banco de dados possui os dados dos processos cadastrados no Arquivo

¹ De acordo com a Teoria das três idades, os arquivos podem passar por até três fases. O Arquivo Nacional (2011) define essas três fases como: fase corrente é quando o conjunto de documentos pode estar, ou não, em tramitação. Tem uso frequente pelos seus produtores e está sob responsabilidade dos mesmos. Os documentos da fase intermediária são provenientes do arquivo corrente, porém não são mais usados com tanta frequência e aguardam uma destinação final (guarda permanente ou eliminação). E por último a fase permanente que consiste no conjunto de documentos que são preservados em caráter definitivo.

Judicial e tem como principal meta identificar onde o processo encontra-se. Estas tecnologias são ferramentas essenciais para a disponibilização dos processos e, conseqüentemente, para atender à sociedade. A demanda de desarquivamento é constante e, em média, são realizados entre 80 a 100 pedidos de desarquivamento por semana e, com isso, se faz necessário o uso do sistema e do banco de dados para a recuperação da informação desejada.

As tecnologias utilizadas no Arquivo Judicial são essenciais para encontrar os dados inerentes aos processos e saber qual a sua localização exata. Porém, o sistema é limitado, possuindo apenas duas formas de busca das informações: através do número do processo ou do nome das partes envolvidas no processo judicial. Também não é possível fazer combinações de campos, o que torna a busca pelo processo mais ineficiente. O dia a dia vivenciado pela pesquisadora durante dois (2) anos no Arquivo Judicial do Fórum Cível, período no qual pode perceber ineficiência na recuperação da informação e, conseqüentemente, na prestação de serviço à sociedade, motiva e justifica a necessidade desta pesquisa a fim de que sejam propostas melhorias ao sistema, contribuindo para o cumprimento de uma justiça mais célere e efetiva. Além disso, justifica-se pela contribuição dada para um campo de pesquisa em constante desenvolvimento: Arquivologia integrada com as Tecnologias da Informação e Comunicação.

O principal problema constatado é em relação à busca dos dados processuais. Os poucos campos de busca disponibilizados atualmente pelo sistema, a saber: número do processo e nome das partes envolvidas no processo judicial, não atendem de maneira satisfatória ao Arquivo, pois muitas vezes aparecem nomes idênticos, porém de varas diferentes e/ou ações diferentes, ocasionando perda de tempo e inexatidão na busca.

Nestes casos, deixando para o funcionário do Arquivo, usuário do sistema, a tarefa de verificar um a um os processos, tornando a tarefa ineficiente e demorada. Estes problemas ocasionam, muitas vezes, a indisponibilidade do processo judicial, dificultando o trabalho da Justiça e o não cumprimento da Lei 8.159/1991 (BRASIL, 1991) que trata da política nacional dos arquivos públicos e privados. Assim, esta pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: quais os principais problemas com a recuperação de processos judiciais no Arquivo Judicial do Fórum Cível?

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o sistema de recuperação da informação do Arquivo Judicial do Fórum Cível, denominado Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba (SISCOM).

2 METODOLOGIA

Gerhardt e Silveira (2009, p.35) dizem que a pesquisa aplicada "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais". Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, pois através da observação e análise do processo de recuperação da informação do sistema do Arquivo Judicial, é possível saber como melhorar e solucionar os problemas do objeto estudado.

Possui abordagem quantitativa e qualitativa. É quantitativa, pois identifica as características dos participantes, como: sexo, faixa etária, tempo de uso do sistema, grau de instrução e vínculo com o Tribunal de Justiça. Também é qualitativa, porque mede o grau de satisfação do usuário em relação ao SISCOM, quais são suas dificuldades de uso e sugestões de melhorias.

Esta pesquisa é caracterizada ainda como exploratória-descritiva combinados, pois descreve o processo de busca dos processos por meio do SISCOM do Arquivo Judicial, quais são suas vantagens, dificuldades, como também a observação dos participantes diante da situação da recuperação da informação. A partir das observações e análises feitas agrega o conhecimento teórico para a sugestão de melhorias para o sistema e banco de dados.

O campo empírico é o Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. O universo desta pesquisa são todos os usuários e ex-usuários recentes do sistema SISCOM do Arquivo Judicial, cerca de 50 pessoas que ainda possuem conta registrada (*login/senha*). A amostra compreende todos os atuais usuários e alguns do ex-usuários do sistema, totalizando nove participantes.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: (i) a observação para analisar o uso do sistema; e (ii) um questionário para avaliar as características e a satisfação dos usuários do sistema do Arquivo Judicial.

3 BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A recuperação da informação é conceituada por Belkin e Croft (1987 apud ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p.65) como:

[...] o processo de localizar documentos e itens de informação que tenham sido objeto de armazenamento, com a finalidade de permitir o acesso dos usuários aos itens de informação, objetos de uma

solicitação. A recuperação da informação se dá pela comparação do que se solicitou com o que está armazenado, bem como o conjunto de procedimentos que este processo envolve.

O processo de recuperação da informação é essencial para a localização de um documento ou item desejado. Com o crescimento constante de informações, documentos, dados, entre outros itens informacionais, é necessário melhorar as técnicas de recuperação de todas essas informações produzidas e armazenadas.

Antes mesmo de existirem os modernos sistemas de computadores que armazenam e recuperam informação, já existiam ferramentas manuais para recuperação de informações, como por exemplo, fichas e documentos de arquivo. Atualmente, são utilizados sistemas computacionais avançados, rápidos, com alta precisão no processo de busca de informações. Os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI):

tem como funções, tanto localizar e recuperar a informação desejada pelo usuário como também ser parte de um processo de comunicação. Neste processo estão as pessoas, que produzem, registram, processam, armazenam, disponibilizam e, por fim, buscam e recuperam a informação desejada, dentro de um espaço social [...] (SILVA, 2011, p. 43).

É importante ressaltar que a eficiência de um SRI está associada não apenas aos métodos estatísticos e índice de precisão para recuperação da informação, mas também a outros fatores como o processo de indexação e semântica. Luz (2005, p.16) relata que:

Os primeiros sistemas de recuperação da informação baseavam-se na contagem de frequência das palavras do texto e na eliminação de palavras reconhecidas de pouca relevância. Nos trabalhos de Luhn e Salton observa-se inicialmente uma crença de que os métodos estatísticos seriam suficientes para tratar os problemas relacionados à recuperação da informação. Porém, no transcorrer de suas pesquisas, percebe-se uma busca por métodos de análise semântica mais sofisticada. Desde seus primeiros trabalhos, Salton se mostra interessado pela utilização de processos de tratamento da linguagem natural na recuperação da informação [...]

Segundo Lancaster (2004), seja qual for a necessidade de informação, sempre existirá mais itens que não possuem relevância ao assunto buscado do que itens pertinentes à necessidade do usuário. Ainda segundo o autor, precisão significa a capacidade de evitar itens inúteis na recuperação da informação, e revocação tem relação com a capacidade de

recuperar documentos úteis.

Feitosa (2006), assim como Lancaster (2004), denomina coeficiente de precisão, como a relação entre o total de itens úteis para o usuário e o total de itens recuperados; e coeficiente de revocação, como a relação entre o total de itens úteis encontrados pelo usuário e a quantidade total de itens úteis disponíveis na base de dados.

Diversos aspectos, fatores e conhecimentos, sejam eles da área da Ciência da Computação ou Ciência da Informação, contribuem para um processo eficaz de busca e recuperação da informação.

3.1 Banco de Dados e Metadados

Os sistemas de banco de dados informatizados são essenciais na tarefa de localização da informação, facilitando a busca por informações em uma instituição. No mundo atual, a velocidade com que as informações chegam e devem ser tratadas são imprescindíveis para o sucesso de uma organização. Isso não se aplica apenas nas organizações privadas, mas também nas instituições da esfera pública, com isso é importante e vital para uma organização ter suas informações e dados bem armazenados e sempre prontos para disponibilização e consulta. Por definição:

Os bancos de dados têm como principal objetivo facilitar o manuseio de dados armazenados em disco; dar maior flexibilidade na busca de registro ou grupos de registros; permitir a alteração de seus formatos tornando os independentes dos programas; reduzir a redundância de informações e obter melhor aproveitamento do espaço físico alocado. Deverá também prover um sistema de segurança na leitura, atualização, pesquisa, acesso, criação, cancelamento, listagem, edição. Fará apresentação dos dados até comandos aritméticos e lógicos e de transferência que permitem o desenvolvimento de programas altamente sofisticados, e que, por isso são chamados linguagens de 4ª geração (*Querys languages*) (LUZ, 2005, p. 28).

Um fator essencial para o sucesso de um banco de dados é o seu planejamento. Para que ele seja eficiente e eficaz para realizar suas funções é primordial estudar as necessidades do usuário, isto requer planejamento do sistema que se deseja criar para atender as demandas de uma empresa, instituição ou órgão, conforme destacado por Araújo Júnior e Alvares (2007, p. 9):

Para a montagem e a administração de um sistema de informação é necessário que os responsáveis realizem um estudo básico de

necessidades de informação na empresa. Somente por meio de um estudo desta natureza os gerentes poderão oferecer sistemas de informação em condições de subsidiar as decisões de uma organização. O conhecimento do perfil de 'consumidor' da informação dará as diretrizes para: seleção, coleta e análise dos dados que integrarão o sistema.

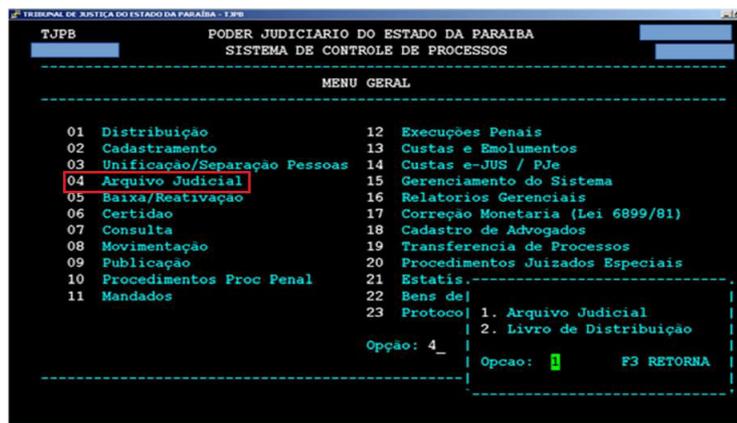
Outro aspecto pertinente para o sucesso são os metadados, que são responsáveis por caracterizar um recurso informacional. A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) define metadados como "dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo" (BRASIL, 2011, p. 90). Segundo Alves e Santos (2014), esta definição explicita o vínculo entre os metadados e as funções que estes desempenham no domínio arquivístico.

Há vários tipos e modelos de metadados nos sistemas de informação e, conseqüentemente, um intenso debate sobre a sua criação, uso e normalização. Porém, antes de existirem os metadados computacionais, eles já estavam nas bibliotecas como forma de tratamento descritivo da informação (ALVES, 2010). Rodríguez (2002) diz que o papel tradicional dos metadados compreende: (i) a identificação e descrição da informação; (ii) a busca e recuperação; e (iii) a localização dos documentos.

4 ANÁLISE DO SISTEMA INTEGRADO DE COMARCAS INFORMATIZADAS – SISCOM

O Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (SISCOM) do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) foi sancionado pela Lei 6.333 (PARAÍBA, 1996), de 25 de setembro de 1996, pelo governador do estado da Paraíba, José Targino Maranhão. Este sistema apresenta diversas funções, tais como, distribuição de processos, cadastro, baixa e reativação de processos, consulta de dados processuais, movimentação e relatórios gerenciais. Sua principal função é recuperar informações referentes aos processos judiciais e administrativos existentes nas comarcas do TJPB. Por ser a comarca mais antiga deste tribunal, conseqüentemente com processos muito antigos, o Arquivo Judicial do Fórum Cível ganhou um sistema e banco de dados especialmente para cadastrar tais processos, como é visto na figura 1.

Figura 1: Tela do Menu Geral do SISCOM



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Após escolher o item 4 do menu geral do SISCOM, são abertas duas opções de acesso: a primeira direciona o usuário para o banco de dados do arquivo judicial, e a segunda direciona para os livros de distribuição dos processos. Esta opção número 2 (Livro de Distribuição) não é utilizada pelos usuários do Arquivo por não apresentar utilidade nos procedimentos frequentes. Também é importante revelar que esses dados referentes ao Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto só pode ser acessado por funcionários e estagiários pertencentes ao Arquivo Judicial. Na figura 2, pode-se observar a tela inicial do sistema do Arquivo Judicial do Fórum.

Figura 2: Tela inicial do banco de dados do Arquivo Judicial



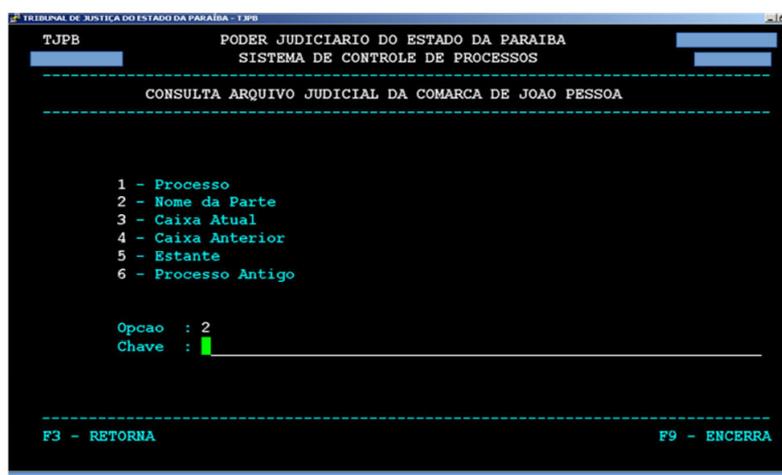
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Após escolher a opção número 1 do sistema Arquivo Judicial, o usuário tem quatro opções, são elas:

- 1 - Inclui: cadastrar processos;
- 2 - Altera: alterar dados de processos já cadastrados neste sistema;
- 3 - Exclui: excluir processos cadastrados neste sistema;
- 4 - Consulta: consultar processos cadastrados neste sistema.

O foco deste trabalho é avaliar a consulta/busca pela informação, por isso não são abordadas os demais itens presentes no sistema, apenas o 4. Ao escolher esta opção (4 - Consulta), posicionar o cursor sobre o campo 'Processo Antigo' e pressionar a tecla *enter*, o usuário é direcionado para a tela de consulta (vide figura 3).

Figura 3: Tela de consulta do sistema do Arquivo Judicial do Fórum Cível



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme exibido na figura 3, são disponibilizadas seis maneiras de busca, porém os usuários do Arquivo Judicial só utilizam as opções 1 (processo), 2 (nome da parte) e 6 (processo antigo). As opções 1 e 6 consistem em buscar pelo número do processo, a diferença entre elas é o padrão de numeração utilizada. Quanto à opção número 2, caso seja inserido o nome das partes envolvidas no processo (autor ou réu), e se o processo estiver cadastrado, o sistema mostrará uma lista de resultados (vide figura 4). Esta é uma das limitações do SISCO. Quando se busca nomes comuns, nomes de empresas, ou instituições de médio e grande porte, o resultado apresenta coeficientes de precisão e revocação inadequados. Nestes casos, com muitos resultados retornados, cabe ao usuário do sistema verificar manualmente os itens recuperados.

Observa-se, ainda na figura 4, que na tela de resultados iniciais aparecem o número do processo, o nome pesquisado, o número da estante (não se utiliza) e o número da caixa do processo (essa informação não é relevante num primeiro momento). Como citado anteriormente, o usuário consulta processo por processo até chegar ao que lhe interessa, pois na tela inicial da pesquisa não existem outros dados que realmente poderiam diferenciar um processo do outro, como por exemplo: vara a qual o processo pertence, nome da outra parte envolvida e o tipo de ação processual. Outra limitação que o sistema apresenta, conforme observa-se na figura 3, é que só existe uma chave de busca, ou seja, não se podem combinar informações para ter

resultados com melhores coeficientes de precisão e revocação. Assim, o usuário gasta mais tempo para encontrar o processo que deseja.

Figura 4: Tela de consulta do sistema do Arquivo Judicial

| Processo | Partes | Estante | Caixa |
|----------|--------|---------|-------|
| | JOSE | 0 | 19 |
| | JOSE | 0 | 16 |
| | JOSE | 0 | 197 |
| | JOSE | 0 | 197 |
| | JOSE | 0 | 197 |
| | JOSE | 0 | 187 |
| | JOSE | 0 | 06 |
| | JOSE | 0 | 0 |
| | JOSE | 0 | 187 |
| | JOSE | 0 | 19 |
| | JOSE | 0 | 224 |
| | JOSE | 0 | 005 |
| | JOSE | 0 | 009 |

F3 - RETORNA
MARQUE COM 'X' PARA VISUALIZAR MAIS DADOS...
F9 - ENCERRA

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1 Satisfação dos usuários do SISCOM

Nove (9) pessoas, dentre o universo de 50 pessoas (funcionários, ex-funcionários, estagiários, ex-estagiários e voluntários), participaram da coleta de dados por meio de questionários. Esta etapa ocorreu no segundo semestre de 2017.

O perfil dos usuários e ex-usuários do SISCOM participantes da pesquisa está sumarizado no quadro 1. No quadro 2, apresenta-se os resultados da pesquisa relacionados à satisfação dos usuários com o SISCOM.

Quadro 1: Perfil dos participantes da pesquisa sobre o SISCOM

| | |
|---|--|
| Sexo | Cinco (5) do gênero masculino; Quatro (4) do gênero feminino. |
| Faixa etária | Maioria (6) na faixa entre 18 e 30 anos; Os demais (3) variaram entre 31 e 59 anos. |
| Vínculo com o Tribunal | Cinco (5) ex-estagiários; Dois (2) voluntários; Um (1) estagiário; Um (1) funcionário. |
| Tempo de uso no SISCOM | Seis (6) pessoas usavam/usaram o sistema entre 1 a mais de 2 anos; Três (3) tinham entre um mês a 11 meses de uso. |
| Grau de escolaridade | Seis (6) participantes possuem curso superior incompleto; Um (1) possui ensino médio completo; Dois (2) possuem curso de pós-graduação incompleto. |
| Nível de conhecimento em informática | A maioria, cinco (5), possui nível básico de informática; Três (3) possuem nível intermediário; Um (1) afirmou ter nível avançado. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quadro 2: Satisfação dos usuários e ex-usuários do SISCOM

| | |
|---|--|
| Interface do SISCOM | Seis (6) participantes avaliaram como regular; Três (3) avaliaram como boa. |
| Dificuldades no uso do sistema | Quatro (4) apenas no início. Quatro (4) de vez em quando; Um (1) nunca teve dificuldades. |
| Disponibiliza opções de busca suficiente? | Todos os participantes (9) afirmaram que o sistema não possui opções de busca suficientes. |
| Concordância que o sistema possua mais opções de busca | Todos os participantes (9) afirmaram que seria bom que o sistema possuísse mais opções de busca para uma melhor recuperação da informação. |
| Sensação de produtividade ao usar o SISCOM | Sete (7) participantes sentem-se produtivas ao usar o SISCOM; Dois (2) não concordam, nem discordam de tal afirmação. |
| O sistema de busca do SISCOM é muito eficiente | Quatro (4) se mantiveram neutras, nem concordam, nem discordavam. Dois (2) concordaram que o sistema de busca é muito eficiente; Três (3) discordaram que o sistema de busca é muito eficiente. |
| O sistema de busca é muito bom e não necessita de alterações | Seis (6) participantes discordaram de tal afirmação; Dois (2) disseram que nem concordavam, nem discordavam. Um (1) discordou totalmente. |
| Recomendo o uso do sistema para outros usuários | Quatro (4) participantes mantiveram em posição neutra; Três (3) participantes recomendariam o sistema; Dois (2) não recomendariam o uso para outros usuários. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, pode-se dizer que os usuários do SISCOM em sua grande maioria são jovens, universitários, apresentam um nível de conhecimento básico em informática, em grande parte, são/foram estagiários do Arquivo Judicial e são/foram usuários do sistema por um tempo razoável (mais de um ano).

Por meio dos dados apresentados no Quadro 2, pode-se confirmar a insuficiência do sistema com relação às opções de busca e o seu impacto na produtividade e satisfação do usuário, ressaltando a necessidade dos métodos de busca serem ampliados e adequados às necessidades informacionais do Arquivo.

É importantes destacar que o SISCOM se mostra eficiente em vários aspectos, porém ainda existem carências a serem sanadas para o seu total desempenho.

5 CONCLUSÃO

Como se sabe, os arquivos são fontes de informações primárias e secundárias, ou seja, fontes de saber imediatos ou mediatos. A lei 8.159/1991, conhecida como lei dos arquivos, diz que a Justiça brasileira tem o dever de preservar e zelar pelo seu patrimônio documental em todas as suas esferas. Havendo todos os anos milhões de processos abertos e arquivados no judiciário brasileiro é preciso que existam políticas e formas de preservar, guardar e recuperar as informações processuais. Para que isso aconteça, é muito importante o uso das tecnologias da informação e comunicação para facilitar e auxiliar nessas atividades.

Assim como é importante guardar e preservar a informação, é preciso localizá-la de maneira eficiente. Este trabalho teve como objetivo principal avaliar e propor melhorias no sistema de recuperação da informação do Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa, o SISCOP. O Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (SISCOP) do Tribunal de Justiça da Paraíba é um exemplo de sistema que gerencia diversas informações sobre os processos do judiciário estadual paraibano. Como abordado, associado ao SISCOP, existe o banco de dados do Arquivo Judicial que contém diversas informações sobre milhares de processos pertencentes ao Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa Desembargador Mário Moacyr Porto.

Apesar de toda a sua utilidade e de ser essencial no uso nas atividades de localização de processos no Arquivo, o SISCOP foi diagnosticado com limitações na questão de recuperação da informação.

Após a revisão da literatura, foi realizada a pesquisa de campo com usuários e ex-usuários do SISCOP do Arquivo Judicial. A partir dessa pesquisa foram diagnosticados problemas como: inexatidão na busca, campos de busca limitados, impossibilidade de combinar campos de busca e exibição de dados que não são úteis para localização física do processo. Também foi diagnosticada outra limitação que não tem a ver diretamente com a recuperação da informação, mas que contribui para o uso do sistema: a baixa usabilidade.

A recuperação da informação é tão importante quanto guardá-la e preservá-la. Com uma maior precisão na busca e recuperação, a justiça paraibana funciona com maior rapidez e eficiência, quem tende a ganhar com isso é a sociedade que pode usufruir de uma justiça mais célere e efetiva.

INFORMATION RETRIEVAL IN THE DATABASE OF THE JUDICIAL ARCHIVE OF THE JOÃO PESSOA CIVIL FORUM

ABSTRACT: Currently, the amount of information produced has increasingly required more effective and efficient information retrieval systems. The objective of this study was to evaluate the information retrieval system of the Judicial Archive of the João Pessoa Civil Forum, known as the System of Comarcas Integradas of the Court of Justice of Paraíba (SISCOM). The judicial archive of the Civil Court Judge Mário Moacyr Porto is the largest archive of the state of Paraíba. There are millions of processes safeguarded in this archive, which means that the system that recovers the data of the judicial processes has to possess an advanced degree of efficiency, effectiveness and, mainly, it meets the demands of search desired by the users. It is based on the bibliographic bases of information retrieval (ARAÚJO JÚNIOR, SILVA, 2011, LUZ, 2005, LANCASTER, 2004, FEITOSA, 2006) and database systems (LAUDON; LAUDON, 2004). This research is classified as of applied nature, it is descriptive exploratory and of qualitative and quantitative approaches. The method of observation and questionnaire was used to collect the opinion of the users of the system. The questionnaires were applied to a sample of nine participants, in a universe of 50 users. The sample of nine users who participated in the research was young, university level, with basic knowledge in computer science, had a traineeship, ex-trainees, or an employee with the Judicial Archive. Most of the sample already used the system between one and two years. In relation to the satisfaction with the system: a large part evaluated its textual interface as regular; all stated that the system does not have sufficient search fields, and suggested that there should be more options for the search of processes. Most participants said they feel productive when using the system, but said the system needs changes to be more efficient. However, the majority of the participating sample maintained a neutral or negative position regarding the recommendation to use SISCOM. It is concluded that the system needs modifications, especially in relation to the inclusion of other search options, to allow a combination of search fields, in order to improve its accuracy and recall, guaranteeing better usability and user satisfaction. Thus, SISCOM could contribute in a more meaningful way to a faster and more effective justice for the society of Paraíba.

KEYWORDS: Judicial archives. Information retrieval. Database.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raquel Cristina Vesu. **Metadados como elementos dos processos de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

_____; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Metadados Arquivísticos: considerações sobre conceitos, tipos e instrumentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4050-4071. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt8>. Acesso em: 31 dez. 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____; ALVARES, Lillian; Planejamento de Sistemas de Informação: aspectos teóricos e elementos essenciais da estratégia e da implementação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007, p. 1-15. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT4--073.pdf> . Acesso em: 31 dez. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário**. Brasília, DF, 2011. 52 p. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/gestao-documental/manual_gestao_documental_poder%20judiciario.pdf. Acesso em: 31 dez. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

FEITOSA, Ailton. **Organização da informação na web**: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais**. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2004.

LUZ, Robinson. **Integração da lógica nebulosa à recuperação da informação em Data Warehouse**. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/788/1/Robinson%20Luz%201.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

PARAÍBA. **Lei nº 6.333**, de 25 de setembro de 1996. Cria, no Poder Judiciário, o Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas – SISCOM, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2015/10/LEI-N---6.333-DE-25-DE-SETEMBRO-DE-1996..pdf>. Acesso: 31 dez. 2018.

RODRÍGUEZ, Eva Maria Mendez. **Metadatos y recuperación de información**: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales. Gijón: Trea, 2002.

SILVA, Marcio Bezerra da. **A teoria da classificação facetada na modelagem de dado sem banco de dados computacionais**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.